

Cartografia diagramática em Águas Claras: a experiência estética do espaço como emancipação do olhar em meio à privatopia¹

Vinícius de Noronha Miranda VINHAL²

Fátima Aparecida dos SANTOS³

Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF

Resumo

Esta pesquisa possui caráter qualitativo e pretende encontrar em Águas Claras, (Região Administrativa do Distrito Federal), a partir de *flanêries* (passeios sem destinos pré-definidos), possibilidades de crítica política e contemplação estética para construção de uma cartografia sentimental que contemple subjetividades além do funcionalismo. Parto do percurso histórico da cidade para melhor entender sua situação atual, por meio da teoria crítica marxista, tendo como base David Harvey e Henry Lefebvre. Apoio-me nos trabalhos de Milton Santos e Georg Simmel, buscando compreender a produção de tal espaço e seus impactos no cotidiano. Assim, especulo, através das semióticas russo-estoniana e peirceana, como o capital cria hábitos na cultura – minando a imaginação – e como podemos superá-los em busca de um olhar poético sobre o espaço, cuja porta de entrada é a experiência estética da cidade.

Palavras-chave

Águas Claras; Cartografia Sentimental; Estética e Espaço; Semiótica.

Introdução

Vista à distância, Águas Claras, que impressiona pelo contraste entre seus imensos edifícios e a predominante horizontalidade das RAs (outrora “cidades satélites”) adjacentes (ver Figura 1), surge como ponto de discussão fundamental para a compreensão da produção capitalista de espaços no Distrito Federal.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Semiótica da Comunicação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Bacharel em Comunicação Social – Audiovisual pela FAC-UnB e Mestrando em Design, Espaço e Mediações no Programa de Pós-Graduação em Design do Instituto de Artes, Universidade de Brasília, e-mail: vinicius.vinhal@gmail.com

³ Designer, mestre e doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP com estágio pós-doutoral pela Università Degli Studi di Torino – CIRCE, Professora do Departamento de Design – Graduação em Design e PPG-Design – linha Design, Espaço e Mediações do Instituto de Artes, Universidade de Brasília, e-mail: designerfatima45@gmail.com



Figura 1: *Skyline* de Águas Claras - DF. Fonte: www.metropoles.com

Fruto de críticas ao modelo modernista com enfoque no adensamento urbano, bem como no uso excessivo de transportes motorizados individuais, e com o intuito de consolidar o eixo de urbanização ao longo da EPTG (Estrada Parque Taguatinga) (PEREIRA; CRUZ, 2021), a cidade viu as determinações de seu Plano Diretor, idealizado por Paulo Zimbres (1991) serem solapadas pela vontade do mercado imobiliário. A agência do capital em tal espaço, porém, não se fez ao acaso, e sim por meio do aproveitamento de brechas da legislação; da reinvenção de seu discurso – nunca neutro – justificado pela alta demanda de residências (fruto de uma generalizada crise habitacional) e que resultou na aceleração de sua ocupação.

Aos solavancos e impondo suas prioridades em detrimento da construção de uma cidade funcional, o mercado mostrou sua capacidade de *ajuste*⁴ (HARVEY, 2004), moldando o espaço à sua benesse. Segurança e lazer materializam-se em câmeras dispostas em empenas cegas⁵, *playgrounds* e piscinas; necessidades propagandeadas e procuradas como soluções, mas que resultam em confinamento.

Se Águas Claras faz oposição aos ideais urbanísticos edílicos de Lúcio Costa, falta à cidade – assim como à maioria das “satélites”, ligadas ao setor terciário da economia – o que o Plano Piloto tem de mais poderoso: a concentração de atividades culturais, eventos e, principalmente, do trabalho. Com o trabalho e o exercício do direito à cultura distantes, cabe as RAs o posto de “cidades-dormitório”, enquanto as problemáticas urbanas do Distrito Federal, concomitantemente ao engendramento do pensamento

⁴ Segundo Harvey (2004), o capitalismo possui uma fortíssima capacidade de *ajuste espacial*, isto é, de construir e destruir espaços adaptando-os a seus moldes, dando-lhes funções baseadas em seu valor de uso temporário.

⁵ Fachadas sem aberturas.

neoliberal e ao *automatismo* (SIMMEL, 2005) contemporâneo, – consequência de rotinas extenuantes e intermináveis mediações – danificam-se nossos corpos, afetos, relações, assim como nossa capacidade de reflexão crítica e nossos olhares.

Surge, então, como pergunta de pesquisa, a seguinte indagação: *A privatopia* (HARVEY, 2004, p. 190) – isto é, uma utopia de isolamento em condomínios de governança interna – de Águas Claras ainda permite que seu cotidiano seja observado por um olhar poético? Se sim, como, frente ao pensamento neoliberal e aos ditames do mercado, deixar-se atravessar pelos afetos do devaneio e da imaginação, de forma a ressignificar espaços além do funcionalismo capitalista?

Assumo, portanto, nesta pesquisa, que o capitalismo atua ativamente na produção de espaços, esculpindo-os conforme seus ciclos de vida e utilizando-os como “instrumento extremamente potente de privação de poder” (HARVEY, 2004, p. 27). Consonante a tal dialética, norteio-me pelo espaço enquanto união interdependente de *sistema de objetos* (objetos do espaço ou *fixos*, como a paisagem) e *sistemas de ações* (ações humanas ou *fluxos*, gestos dinâmicos) (SANTOS, 2006), como forma de unir a discussão política materialista à geografia urbana. Trato, portanto, o espaço como sistema sensível e complexo a ser entendido por meio de diversas disciplinas.

O estudo da cultura, bem como o da experiência e da afeição espacial, faz necessária a compreensão do espaço também enquanto conjunto de signos. Para tanto, apoio-me na generalidade da teoria semiótica de C. S. Peirce e nos escritos de I. M. Lotman sobre a Semiótica da Cultura, permitindo-me, assim, ambicionar uma proposta de mudança de hábito, um exercício de ruptura de regras culturalmente impostas, com foco no bem-viver e na possibilidade do agenciamento de mudanças sobre o espaço.

Pretendo, nesse prisma, encontrar em Águas Claras, por meio de *flanêries* (passeios sem destinos pré-definidos), fontes de crítica política e contemplação estética – presentes em seus vazios – sobre tal espaço urbano, de forma a construir uma cartografia sentimental de suas possibilidades.

Este artigo está estruturado em sete seções incluindo esta introdução e as referências bibliográficas ao final do documento. Sua segunda parte será dedicada à cidade de Águas Claras – DF, suas problemáticas urbanas, políticas e espaciais. Na terceira seção, dedico-me à compreensão do engendramento e da quebra do hábito por meio da semiótica. Durante a quarta seção, proponho a imaginação, o devaneio e a experiência estética como formas de reflexão, bem como de ressignificação do espaço. A

quinta refere-se à descrição dos métodos a serem utilizados durante o percurso da pesquisa. Já a última traz minhas conclusões baseadas no referencial teórico anteriormente apresentado e expectativas quanto à continuidade de sua discussão.

1. Contradições de uma cidade nova

Alerta em relação à demanda de novas habitações, tanto por parte de servidores públicos residentes no Distrito Federal, – em função do alto custo das unidades nas regiões centrais de Brasília – quanto por migrantes recém-chegados à Capital ao final dos anos 1980, o GDF (Governo do Distrito Federal) iniciou novos planos de desenvolvimento urbano junto à TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília) com a ambição de acelerar o processo de urbanização de hiatos ocupacionais entre RAs já existentes. Além da procura considerável, segundo Silva (2016, p. 7), no ano de 1989, devido à baixa oferta de habitações, havia cerca de 179 assentamentos irregulares no DF, os quais resultariam na crescente tendência da construção de condomínios horizontais ou parcelamentos – em 1995 o número de parcelamentos no DF chegaria a 530.

Enquanto o GDF se via despreparado para o atendimento da demanda por unidades habitacionais em meio à ocupação desordenada – sem devido acompanhamento de obras de infraestrutura urbana – de espaços disponíveis, o mercado imobiliário estava ávido para aumentar sua oferta e contemplar seus potenciais clientes. É nesse contexto, concomitante à então fortalecida crítica ao modelo da Cidade Modernista, a partir do Plano Diretor de Paulo Zimbres (1991), que surge o projeto de Águas Claras, inicialmente pensada como bairro de Taguatinga (RA III).

Lúcio Costa enxergava o Plano Piloto como uma “reconexão entre os residentes e a dimensão bucólica e edílica” possibilitando que estes tivessem a oportunidade de “desfrutar do melhor desses dois universos, equacionando o conflito da tradicional dicotomia – real e simbólica – entre campo e cidade, entre o rural e o urbano” (PEREIRA; CRUZ, 2021, p. 5). Como negação parcial à tal visão, Águas Claras teve seu planejamento pautado em tipologias urbanas tradicionais do Brasil: quarteirões providos de calçadas largas e ocupados por galerias comerciais como bases para edifícios residenciais (inicialmente de até doze pavimentos). A cidade representaria a densificação populacional, a retomada das ruas-corredores e “uma nova coalizão entre pedestres e veículos” (p. 2) na Capital com inspiração em Edimburgo, Milão e Nova Iorque, ao passo

que englobaria conceitos essenciais de Costa, como a Superquadra e edificações em pilotis.

31 anos após a autorização da construção de Águas Claras em 1992 como bairro de Taguatinga, no entanto, o que se vê é um cenário muito diferente do idealizado por Zimbres. A cidade seguiria o exemplo de outras “satélites” – como Sobradinho (1960) – ao não implementar totalmente seu planejamento, tornando-se sua materialização inacabada (SILVA, 2016).

Águas Claras nasce, portanto, não apenas da necessidade de ocupar os hiatos entre o Guará (ligado à região central de Brasília) e Taguatinga, Ceilândia e Samambaia (malhas urbanas aglomeradas a sudoeste do centro), mas de uma premissa de controle social. É fruto de pensamento estratégico do Estado em parceria com a iniciativa privada. Dessa forma, com a entrada maciça do capital, subordina-se a nova cidade unicamente ao seu valor de uso; Águas Claras passa a ser regulamentada por seu potencial de geração de lucro e, ainda em 1992, conforme PO anexo à Lei Nº 385 de 16 de dezembro, o número máximo de pavimentos por edifício salta de doze para quinze. Atualmente, há prédios que chegam a 36 andares, ergueram-se grades, quando não empenas cegas – de até doze metros de altura – que ladeiam ruas abrigando estacionamentos acima do nível do solo e minam a caminhabilidade de seu entorno. A cidade, portanto, cresceu e moldou-se sob o “urbanismo dos promotores de vendas” (LEFEBVRE, 2008, p. 32) com amplo apoio do setor público.

Com seus 47.977 automóveis (92,3% da população declara possuir automóvel) e imensos congestionamentos, Águas Claras protagoniza, no Distrito Federal, o sucesso do capital em sobrepular a urbanização no território e é exemplo claro da capacidade de ajuste e criação de espaços do sistema capitalista. A velocidade das mudanças e o excesso de informação do território dão impressão de anarquia, mas não devem ser vistas com inocência, como se o aspecto caótico de sua configuração atual houvesse sido gerado pelo acaso. Se houve criação de espaço, houve intencionalidade e *estratégia* (LEFEBVRE, 2008). E se foi produzido espaço por iniciativa do capital, – em conjunto com o Estado, que muitas vezes o representa indiretamente – prezou-se pela velocidade (o tempo) em detrimento do resultado (o espaço) (HARVEY, 2004).

Invariavelmente, “o capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital” (HARVEY, 2004, p. 86). Nesse prisma, Águas Claras constitui-se em obra intencionalmente inacabada, pois seu intuito é estar em constante e acelerada

mudança: o capital se reinventa para prosperar; anseia que cada terreno baldio sem funcionalidade seja aproveitado em função do comércio ou da habitação (nesse caso, sempre totalmente murada), em desfavor do uso comunitário. Usa, a partir de uma racionalidade tecnicista (LEFEBVRE, 2008), o espaço como forma de controle social e fábrica de consumidores.

O contraste entre a altura dos edifícios de Águas Claras e suas regiões limítrofes flagram a alienação de seu espaço. Seus edifícios são recheados de áreas de lazer privativas, porque se apoiam no estímulo de diferenciação produzido pela sociedade de consumo. Ao sombrear suas “satélites” vizinhas, a cidade se coloca visualmente como referência, nunca como igual. Não possui a efervescência cultural e o potencial revolucionário de *zonas opacas*, – como a periferia, à margem do racionalismo – tampouco o domínio dos meios de produção, da ciência e da técnica de *zonas luminosas* – como a região central com suas elites intelectuais e financeiras (SANTOS, 2006). Trata-se de um verdadeiro *limbo*, alienação entre duas instâncias: uma pequena cidade que reúne as características mais nocivas do estilo de vida cosmopolita.

Águas Claras é, ao mesmo tempo, cosmopolita e suburbana. Está distante da arte e, de um centro efervescente agrega a si apenas a velocidade com que se transforma. Esfuma de seus moradores a consciência urbana (LEFEBVRE, 2008) – também minada por sua falta de diversidade étnica e racial – e, em consequência, suas vias de imaginação. É resultado frágil da preponderância do que Georg Simmel (2005) define como *cultura objetiva*, ou seja, de um *ethos* econômico racional (WEBER apud RUMBELSPERGER, 2015) e da autonomia do objeto sobre o sujeito, em relação à *cultura subjetiva*: o olhar a si que abriga a ciência do espaço. Intensifica-se, assim, uma tendência à “vida nervosa” (SIMMEL, 2005, 577-578), à persistência de impressões e ao esvaziamento do olhar em relação à paisagem.

A obra de Milton Santos (2006) aprofunda da devida maneira a discussão. Ao propor o espaço como soma indissociável de *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*, faz do mesmo inalienável do tempo-histórico. Segundo o autor, a Cidade é o lugar de encontro entre *horizontalidades* e *verticalidades*. As *horizontalidades* congregam a banalidade, são os espaços do tempo lento, em que se cultiva a possibilidade da contraracionalidade: oposta ao *ethos* econômico racional. Este é fruto das *verticalidades*, “vetores de uma racionalidade superior, do discurso pragmático dos setores hegemônicos” (SANTOS apud CAMPOS, 2006, p. 163).

Santos vai de encontro ao pensamento de Simmel quando diz que a racionalização excessiva do espaço cria maior necessidade de *movimento* (SANTOS, 2006). Mais movimento intensifica o nervosismo, distancia-nos do olhar estético em função do olhar técnico e racional.

Ambos são complementados por Harvey (2004), que destaca o poder de controle das corporações sobre o espaço: o capitalismo não apenas se apropria do tempo por meio da divisão do trabalho, faz também uso dele para aniquilar o espaço; dispersa o povo do centro para os subúrbios e, no caso de Águas Claras, goza de uma irônica *privatopia* de condomínios verticais. Verticalidades concretizam-se em seus arranha-céus, enquanto horizontalidades encontram-se escondidas, manifestadas em pequenos gestos comunitários, como hortas à beira da linha metroviária e empreendimentos informais espalhados pela malha urbana.

A função desta pesquisa, porém, não é meramente crítica. Tenho como ambição uma possível (via de mão dupla à) transformação do olhar em relação à cidade que observo, por isso concordo também com Harvey, Santos e Simmel à medida que vejo a Cidade em suas contradições e conflitos como frutífera, tanto ao questionamento de sua estruturação, quanto à modificação do pensamento que a molda:

[...] as cidades grandes obtêm um lugar absolutamente único, preche de significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica; elas se mostram como uma daquelas grandes formações históricas em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos (SIMMEL, 2005, p. 589).

Dessa forma, percebo Águas Claras não unicamente como tragédia capitalista, mas também como espaço de possibilidades. Pergunto-me como a arte pode brotar em suas entranhas, como um olhar crítico em relação ao espaço pode guiar sua transformação, gerar esperança e imaginação utópica como exercício de mudança. Sendo assim, devo entender a Cidade como ente complexo.

Simmel dá ênfase à compreensão da Cidade como polissêmica, rede inesgotável e fértil de significações. Na contemporaneidade, então, seus signos estão sempre em acelerada transformação, fazendo necessária a investigação do pensamento hegemônico que os rege. Nessa linha, procuro explicar – por meio da semiótica – na seção seguinte de que forma o *espírito objetivo* subjuga o olhar sobre o espaço, para então caminhar em etapas futuras da pesquisa à experiência da Cidade.

2. A quebra do hábito

Para compreender melhor como o pensamento capitalista engendra regras em nossas percepções e hábitos, influenciando como enxergamos a cidade, é preciso, primeiro, entendê-los como *textos*. Isto é, entender antes de tudo, que esta pesquisa assume textos não somente como concretizações idiomáticas, mas manifestações linguísticas que compõem uma cultura, organizados hierarquicamente em uma complexa trama de tendências e ações.

Os textos são relevantes na vida social, não só por aquilo que são materialmente, mas também pela capacidade de remeter a algo para além deles mesmos, segundo a célebre definição agostiniana [segundo a qual] os sinais são *aliquid pro aliquo* (algo que está no lugar de outra coisa); isto é, eles são capazes de suscitar e fazer agir um nível semântico, um plano de conteúdo que age de modo não causal, não puramente psicológico e associativo, mas convencionalmente normalizado e regulado na mente das pessoas (GENOVEZ; CAZAROTTO, 2021).

O entendimento de textos como agentes em nível semântico forma as bases para a análise discursiva e, conseqüentemente, para a expansão da semiótica como campo de estudo. A partir do desenvolvimento da área, possibilitou-se, como elucidam Genovez e Cazarotto, a noção de textos como possíveis *leis* ou tendências: hábitos. Depreende-se que não apenas textos, mas *conceitos* estabelecidos cultural e mentalmente medeiam nossas ações enquanto seres comunicantes. Leis ou hábitos são, puramente, *mediações*. Segundo Lívia Machado (2021), em interpretação da obra de C.S. Peirce:

[...] as linguagens e seus significados estão, em grande parte, ligados às leis e hábitos que regem as interpretações e a observação de determinados processos. Tais interpretações e observações, muitas vezes, estão condicionadas a tendências que dão continuidade às experiências semióticas e essa tendência é o hábito (PEIRCE apud MACHADO, 2021, p. 71).

Assim, é possível inferir que “embora o hábito seja pensado, em grande parte, sobre essa ótica do rotineiro, da tendência [...] ele também se manifesta no processo mais primitivo da percepção e da cognição” (p. 72). Ou seja, hábitos podem ser formas de pensamento, ação, sentimento ou até possibilidades; tendências de que os anteriores se efetuem de maneiras convencionais; conceitos que norteiam ações.

É Peirce, com a generalidade de sua teoria semiótica, quem abordará com profundidade a problemática da percepção conceitual; de forma mais ampla e, principalmente, do processo do conhecimento, superando a tese agostiniana e lançando o

alicerce do estudo dos signos para além do discurso e da semântica (SANTAELLA, 2008). Segundo a noção triádica de signo⁶ postulada por Peirce, entende-se que um signo pode retroceder ou crescer *ad infinitum*. Assim se dá a evolução dos conceitos; a partir de uma tendência à continuidade; a *semiose*.

Em Peirce, porém, a fenomenologia ou faneroscopia enquanto área precede a semiótica, bem como suas três ramificações. Por meio de suas categorias fenomenológicas, – estágios ou modos da experiência – Peirce foi da mera possibilidade ou qualidade de sentimento (primeiridade), à alteridade (secundidade, remetente à existência) e à representação, também dita mediação (terceiridade). É, não obstante, em terceira, que se encontra o signo em si e sua tricotomia. Estão em terceira as leis, ditos signos em continuidade, ou seja, signos fortalecidos, conceitos que gerarão novos signos: “em termos evolucionistas, pode ser traduzida pela tendência a adquirir ou tomar hábitos” (PEIRCE apud SOUZA; DRIGO, 2013, p. 73) Conquanto, é no fomento da primeiridade, isto é, na potencialização de possibilidades e qualidades, que se pode gerar observações além de normas bem estabelecidas, subvertendo-as.

Ao propor a “semiosfera”⁷ (LOTMAN, 1996, p. 10), Iuri M. Lotman nos dá o caminho das pedras para o adensamento da discussão no que tange à filosofia da linguagem. Tomando tal conceito como referência, é possível depreender que cada espaço semiótico se constitui num mecanismo singular, isto é, caracteriza-se por sua individualidade semiótica, pelas particularidades de seus códigos culturais. Não obstante, está em suas fronteiras e no diálogo entre textos de diferentes espaços o maior potencial evolutivo dos signos. Em diálogo com a base teórica de Peirce, Lotman me leva a crer que, visando possíveis novos hábitos e a ruptura da regra, é preciso que signos incompreensíveis fora de determinadas semiosferas sejam traduzidos, para que sejam compreendidos, digeridos e assimilados. Consequentemente, é necessário que sejamos atravessados pela crítica e pela poética, necessita-se experiência colateral com produtos da cultura subjetiva, contrária às premissas do capital.

⁶ Segundo Peirce, um signo se forma a partir de uma relação triádica entre ele em si, o que ele representa (objeto) e o que ele significa (interpretante); ele é, por um lado, determinado por um certo objeto e determina um interpretante. Da mesma maneira, já que determina o signo, o objeto também determina o interpretante por meio do signo: mediador (PEIRCE apud SANTAELLA, 2008).

⁷ Ambiente de caráter abstrato onde os signos se reproduzem e se relacionam; constroem significações, técnicas e linguagens. É um meio composto por códigos e textos “submersos em um *continuum* semiótico, completamente ocupado por formações semióticas de diversos tipos e que se encontram em diversos níveis de organização” (LOTMAN, 1996, p. 10, tradução do autor). Assim, uma certa cultura pode ser tida como uma *semiosfera*

3. Devanear além da regra

A alienação nada mais é do que o subproduto do cerceamento de possibilidades intelectuais, de potencialidades imaginativas. O olhar poético deve ser precedido pelo olhar crítico, cujo intuito é a subversão da regra. Antes de gerar poesia, é preciso deglutir poesia; poesia feita por mãos alheias, para assim dar potência ao devaneio:

A fenomenologia do devaneio pode deslindar o complexo de memória e imaginação; Ela se faz necessariamente sensível às diferenciações do símbolo. O devaneio poético, criador de símbolos, dá a nossa intimidade uma atividade polissimbólica (BACHELARD, 2000, p. 41).

Quando desvenda a casa e seus pormenores em *A Poética do Espaço* (2000), Gaston Bachelard faz, por meio de sua visão fenomenológica, um exercício de tradução. É por meio da investigação artística, – nesse caso, da poesia – que o autor mergulha na mente humana e em sua relação com o espaço íntimo, o devaneio e a imaginação, disponibilizando ao leitor uma miríade de conceitos advindos de diferentes disciplinas. Para Bachelard, a poesia serve não só como exemplo, mas como nutriente da imaginação; enquanto mistura suas elucubrações à poesia, dá ao leitor a liberdade de construir seu olhar a partir de seu próprio repertório.

Leio *A Poética do Espaço* pensando em meus próprios espaços, minha casa e seus arredores. Não por acaso me parece pouquíssimo palpável pensar sobre o porão, um tipo de cômodo raro no Brasil, ainda que eu apreenda parcialmente as reflexões do autor. Fato é que, inevitavelmente, haverá barreiras de tradução em qualquer obra produzida em meio a uma cultura alheia e, conseqüentemente, certas individualidades (como leis e hábitos singulares) que não poderão ser apreendidas em sua totalidade.

Observo, contudo, que é a poesia a forma pela qual Bachelard dá potência ao meu olhar enquanto leitor. É a poesia o ponto menos denso da fronteira que nos separa, sendo a arte, e não a elucubração teórica em si, o ponto de partida do desabrochar da imaginação durante a leitura. Por isso, recorro ao pragmatismo e à introdução de *Arte como Experiência* (2010), de John Dewey, feita por Abraham Kaplan:

Nas perspectivas do pragmatismo, a arte é, decididamente, mais do que uma canção indolente para as horas de ócio, “mais do que um frêmito de energia na estagnação dos abatidos, ou do que uma calmaria nas tormentas dos aflitos” (p. 256) [...] De certo modo, a arte completa o esforço filosófico – ou melhor, devolve a filosofia a seu ponto de partida. “Dizem que a filosofia começa no assombro e termina na compreensão. A arte parte do que foi compreendido e termina no

assombro” (p. 466). Pela arte “somos levados para além de nós mesmos, a fim de encontrarmos a nós mesmos” (p. 351) (p. 48).

Dessa maneira, a experiência reflexiva estimulada pela arte age como maneira de absorção de possibilidades. Porém, nem todo tipo de experiência – como a artística – gera um processo elucidativo, “algumas experiências são deseducativas” (DEWEY, 1979, p. 14). Não por acaso, deve ser investigada a maneira pela qual o capitalismo aliena e oculta suas mazelas, automatizando o olhar. Experiências tornam-se elucidativas quando associadas ao exercício reflexivo, à continuidade, tendência de crescimento em terceiridade, rumo a conceitos ideais; verdades questionáveis cuja origem deve estar na intensificação da consciência (SIMMEL, 2005): no cultivo da cultura subjetiva.

A errância pela cidade, passiva aos atravessamentos que ela nos proporciona, torna-se prática estética. Trata-se de uma livre exploração de hábitos de sentimento, da possibilidade no espaço urbano. Assim, observa-se o cotidiano a partir de uma perspectiva deslocada da rotina extenuante do trabalho, concentrada nas estruturas que compõem o espaço: seus elementos técnicos e dinâmicos. É possível encontrar seus vazios, ausências de significado preches de possibilidades. Como disse Manuel de Solà-Morales:

O vazio é a ausência, mas também é a esperança, o espaço do possível. O indefinido, o incerto também é a ausência de limites, uma sensação quase oceânica, para retomar um termo de Freud, à espera da mobilidade e da errância” (SOLÀ-MORALES In CARERI, 2013, l. 493).

Os vazios permitem o devaneio enquanto aguardam nossos olhares. Ao mesmo tempo, a ausência de valor de uso em seus espaços também possibilita que sejam ressignificados. Nesse sentido, a imaginação passa a ser potência gerativa do pensamento utópico, construtor de possibilidades. Como, então, encontrá-los? E como encontrá-los em Águas Claras?

Ainda não consigo responder plenamente estas perguntas, pois esta etapa da pesquisa ainda está focada no processo de revisão bibliográfica referente a seus métodos (*flanêrie* e cartografia sentimental). Na etapa seguinte, iniciarei perambulações em busca da definição de meus objetos de observação, para então reunir o referencial teórico apresentado em suas respectivas análises. Destrincharei tal percurso de forma minuciosa na seção seguinte.

4. Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi escolhida a RA XX, Águas Claras, onde resido e por isso possuo vasta experiência empírica com a região. Além disso, levei em conta também sua já citada relevância em relação à produção de espaços capitalista, bem como o pouco número de produções dedicadas a seu espaço, sendo a maioria delas voltadas à arquitetura e ao urbanismo.

Definido o *locus* da pesquisa, optei por uma abordagem exclusivamente qualitativa com dados quantitativos pontuais fornecidos pela CODEPLAN (2021) e veículos de imprensa como forma de embasamento argumentativo, com complemento de pesquisa documental para compreensão histórica, demográfica e geográfica da cidade.

Optei pela posição de *flanêur* a partir dos estudos de Francesco Careri (2013) e Walter Benjamin (2013), que abriram meus olhos à possibilidade de encontrar objetos de análise pouco convencionais. Por meio do vaguear, pretendo desvendar espaços frutíferos – vazios urbanos – à composição teórica proposta, construindo uma cartografia sentimental e diagramática com base em Suely Rolnik (2016):

A prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social. E pouco importa que setores da vida social ele toma como objeto [...] Pouco importam as referências teóricas do cartógrafo. Teoria é sempre cartografia e sendo assim, ela se faz juntamente com as paisagens cuja formação ele acomoda (ROLNIK, 2016, p. 65).

Dessa maneira, o método cartográfico, por meio do qual se propõe a atuação junto à paisagem, complementa as *flanêries* desvendando seus afetos. Ambos dão espaço à livre construção teórica, visto que não predefinem um percurso ou etapas de pesquisa, e sim propriamente a postura ou a abordagem em relação à experiência do tema. Dão foco, especificamente, à experiência do espaço, tornando o processo de pesquisa menos engessado e aberto ao acaso. Toma-se, portanto, a partir de uma base pragmatista, a experiência como condição para a aquisição da verdade, além da consideração do acaso como fundamental no percurso científico; o tiquismo.

Por fim, o método da cartografia e as errâncias pela RA XX serão complementados por um diário de anotações, desenhos e registros fotográficos, os quais deverão ser apresentados ao longo do texto e em anexo à dissertação. Também haverá exemplos, na literatura e no cinema, – ainda a serem definidos – que acompanharão a discussão em seus respectivos capítulos como suplemento à imaginação: um dos objetivos específicos da pesquisa.

Considerações finais

Por meio da reconstituição do percurso histórico de Águas Claras, desde que acompanhado por um olhar crítico, é possível entender facilmente sua paisagem atual. Entre seus arranha-céus e condomínios, o capital laceia olhares, guiando-os à produção em detrimento da inventividade. Esta pesquisa, ainda que sirva de estímulo à imaginação, visa também como solução um exercício político. Minha expectativa sobre ela é, a partir de minha posição como pesquisador, utilizar de meu olhar sobre Águas Claras como contribuição a futuras pesquisas sobre o espaço urbano. Prezo, sobretudo – principalmente por meio da organização teórica da pesquisa – por sua generalidade, de forma a abarcar propostas de diferentes campos de estudo, fornecendo possíveis respostas a partir da semiótica e da estética.

Embora o capital se empenhe em moldar o corpo “de acordo com seus próprios requisitos” (HARVEY, 2004, p. 157), é nosso papel trazer sua capacidade transformadora à tona. Olhemos além da superfície, superemos a impotência forçada pelo automatismo através da intensificação da consciência, da experiência crítica e questionadora do espaço: “se aceitamos que a sociedade é *construída e imaginada*, podemos também crer que ela pode ser *reconstruída e reimaginada*” (p. 211). Nesse sentido, o pano de fundo marxista desta empreitada é seu elo a pesquisas de enfoque exclusivamente materialista que visem uma etapa posterior, vias de organização política e futuras aplicações do percurso metodológico aqui exposto.

Compreendendo de que maneira se opera o engendramento de hábitos por parte do capital e experienciando o espaço a nível estético, adquirimos a possibilidade de superá-los. É possível encontrar, em primeiridade e para o bem-comum, novos caminhos e soluções humanas: retomar a cultura subjetiva – consciente e crítica – em detrimento de devaneios exclusivamente relacionados ao consumo e ao individualismo.

Referências bibliográficas

- Águas Claras: administração revoga restrição em horário de comércio. **Metrópoles**, 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/pelas-cidades/aguas-claras/aguas-claras-administracao-revoga-restricao-em-horario-de-comercio>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.
- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BENJAMIN, W. **Rua de mão única** – Infância berlinense: 1900. São Paulo: Autêntica, 2013.
- CAMPOS, R. R. A natureza do espaço para Milton Santos. **Geografares**, vol. 6, p. 155-165, 2006.
- CARERI, F. **Walkscapes: O Caminhar como prática estética**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.

- CODEPLAN. PDAD – **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios: Águas Claras**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2021.
- DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DEWEY, J. **Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição**. São Paulo: C. E. Nacional, 1979.
- GENOVEZ, P. F.; CAZAROTTO, J. L. A cidade como texto: aproximações entre antropologia, urbanismo e semiótica do espaço. **Cidades, Comunidades e Territórios**, vol. 43, pp. 227-239, 2021.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.
- LOTMAN, I. M. **La Semiosfera I**. Madrid: Cátedra, 1996.
- MACHADO, L. C. S. **Semioses das imersões sci-estéticas: uma diagramática das obras de arte em espaços expositivos**. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- RUMBELSPERGER, D. S. Max Weber e Georg Simmel: duas perspectivas (cognitivas e políticas) sobre a modernidade. **Problemata: R. Intern. Fil.**, vol. 6, n. 2, p. 117-150, 2015.
- SANTAELLA, L. **Teoria Geral dos Signos – como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SILVA, M. A. A especulação imobiliária descaracterizando uma ideia: o caso de Águas Claras, no DF. Porto Alegre: **Anais do IV ENANPARQ**, 2016.
- SIMMEL, G. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903). **MANA**, vol. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.
- SOUZA, L. C. P.; DRIGO, M. O. **Aulas de Semiótica Peirceana**. São Paulo: Annablume, 2013.
- ZIMBRES E REIS ARQ. ASSOCIADOS. Memorial Descritivo do Bairro Águas Claras – MDE 220/90. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991.